

JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO, FREI

Berty Ruth Rothstein Biron

Orador sacro, professor e poeta, frei José de Santa Rita Durão, nasceu em Minas Gerais, no ano de 1722. Filho do sargento-mor das milícias urbanas Paulo Rodrigues Durão (português) e de dona Ana Garcês de Moraes (brasileira), veio à luz no antigo arraial do Inficionado, hoje Santa Rita Durão, município de Mariana, na fazenda de Cata-Preta.

Em 1731, aos nove anos de idade, embarcou para a Europa, indo estudar em Lisboa, no Convento de Nossa Senhora da Graça. Seis anos mais tarde, em 1737, acaba por ingressar na Ordem religiosa dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Professou no Convento da Graça (Lisboa), a 12 de outubro de 1738, com apenas 16 anos, tomando o nome de José de Santa Rita Durão. Assinava anteriormente o nome de batismo, José Luís de Moraes¹.

Após ter sido enviado a Coimbra, onde cursou Filosofia e Teologia durante sete anos, foi escolhido professor de Teologia na cidade de Braga, aí permanecendo por cinco anos. Em 1754, é chamado de volta a Coimbra, para lecionar a mesma disciplina no Colégio da Ordem agostiniana. Passados dois anos obtém o grau de Doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade de Coimbra, em 2 de dezembro de 1756. Em seguida, associa-se à Academia Litúrgica da cidade e, logo depois, assume o cargo de censor. É solicitado, em 1757, pelo Superior da Província Lusitana e bispo eleito do Porto, para defender teses gerais no capítulo da sua Ordem. No ano seguinte, pede licença ao bispo de Leiria, D. João de Nossa Senhora da Porta, futuro cardeal da Cunha, para pregar na sua diocese. Após o que se tornam amigos, e a pedido

¹ Arquivo Histórico, Casa Setecentista, Mariana (MG).

do bispo frei José, escreve a célebre *Pastoral* contra os jesuítas. Trata-se de um documento histórico, cujo valor literário pode ser avaliado através da prosa em estilo direto, incisivo, a demonstrar o talento do escritor. Raríssimos hoje são os exemplares de tal obra, publicada em Leiria, na oficina patriarcal de Francisco Luiz Ameno, a 28 de fevereiro de 1759, sob o nome de D. João de Nossa Senhora da Porta, Bispo de Leiria. Membro da família Távora, D. João tornou-se um dos maiores adeptos do Marquês de Pombal, tendo galgado importante posição na época. Assim, ele há de oferecer a frei José, pela execução do trabalho, além da remuneração, a possibilidade de lecionar hebraico – língua que dominava, ao lado do latim e do grego – na Universidade de Coimbra. Obra de cunho político visando, sobretudo a agradar ao Ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, culpabiliza os padres jesuítas pelo atentado contra a vida do Rei e por terem disseminado, não só em Portugal, como também em todos os seus domínios, doutrinas condenadas pela Sé Apostólica. Em outubro do mesmo ano é promovido a Arcebispo de Évora D. João, o bispo de Leiria, cidade esta, aliás, onde permanecerá Durão, porquanto seu protetor recusara-se a levá-lo consigo, a despeito de cumulá-lo de promessas. Passados dois meses e já cansado de esperar embarca Durão para Lisboa, visando a cobrar o prometido. É mal recebido pelo Arcebispo. Recorre então a Paulo de Carvalho, para que este, através de seu irmão, lhe alcançasse a tão acalentada nomeação para professor de língua hebraica. Mas o pedido lhe é negado.

Em fevereiro do ano seguinte, 1759, é ele o tribuno a proferir o famoso sermão de ação de graças por ter o Rei D. José I escapado ileso do atentado que sofrera no ano precedente. Um ano depois, em 1760, adoece gravemente – em decorrência, por certo, do remorso pela *Pastoral* que escrevera – e obriga-se, por voto, a fazer uma retratação. As hostilidades do Provincial, porém, tornam-se insuportáveis e ele resolve afastar-se não só do convento, como também de Portugal.

Em 1762 viaja para a Espanha e se recolhe no convento de sua Ordem em Ciudad-Rodrigo, onde permanece até irromper a guerra entre Portugal e Espanha. Será nesta época que ele há de escrever uma curiosa exaltação a Portugal, contendo uma apologia aos jesuítas e apresentando-a ao Marquês de Sarria, general das tropas espanholas. Contudo, não se sente seguro o suficiente para ali permanecer e resolve partir para Roma. É preso, porém,

durante o trajeto, e conduzido ao Parlamento de Toulouse, onde é submetido a rigoroso interrogatório. Após isso, é retirado numa prisão benigna, esperando que chegasse de Paris a decisão de Erienne François, duque de Choiseul. Decorridos quatro meses, é-lhe concedido salvo-conduto para a Itália.

Em Roma, Durão obtém audiência com o Sumo Pontífice, Clemente XIII, e apresenta-lhe uma humilde e sincera retratação a propósito da *Pastoral* que escrevera, mostrando-se profundamente arrependido pelas injúrias e calúnias ali contidas contra os jesuítas.

Durante nove anos, Santa Rita Durão foi um dos escritores e conservadores da Biblioteca Pública Lancisiana, e associou-se às mais respeitáveis Academias da época. Permaneceu na Itália até o ano de 1777, quando ocorre o falecimento de D. José I e, em conseqüência, a queda do Marquês de Pombal.

Retorna então a Portugal e, no ano seguinte, 1778, obtém a cátedra de Teologia na Universidade de Coimbra. Na ocasião, pronunciou uma notável aula inaugural (em latim), que veio a ser publicada. Três anos depois, a 27 de julho de 1781, vem a lume talvez sua obra mais significativa – *Caramuru, Poema Épico do Descobrimento da Bahia*. Em que pese a extensão e relevância do poema, ele foi recebido com grande frieza em Portugal, e ainda maior no Brasil, conforme atesta o poeta e crítico português, José Maria da Costa e Silva. Desgostoso, Durão vem a falecer a 24 de janeiro de 1784, em Lisboa.

O poema teve sucessivas edições: Lisboa, 1836; Bahia, 1837; Rio de Janeiro, 1843, 1845, 1878, 1887, 1913, 1977; São Paulo, 1945.

Além da edição *princeps* do *Caramuru*, com tiragem de dois mil exemplares, pela Régia Oficina Tipográfica, em 1781, e da *Pastoral*, em 1759, foram publicados ainda em vida do autor: *O.E.S.A. PRO Annua Studiorum Instauratione Oratio* (1778) e a *Novena do Glorioso S. Gonçalo de Lagos* (1779); postumamente, porém, foram publicados: *Descrição da função do imperador de Eiras, que se costuma fazer, todos os anos, no Mosteiro de Celas, junto a Coimbra, dia do Espírito Santo; Retratação ou Poenitens Confessio; Informação dada ao Exmo. Sr. Marquês de Sárria, sobre a expulsão dos jesuítas de Portugal; Epítome; Defendendo conclusões de Retórica um menino da idade de sete anos, ode lírica; Um sermão de frei José de Santa Rita Durão*. Observa-se ainda que constam nas *Memórias da Academia Litúrgica de Coimbra* três dissertações de sua autoria, a saber: uma sobre *A era de Espanha*; outra, sob o título *Na Eliberitanam Synodum aliquod Hispaniense Concilium antecesserit*; e, por último, uma respeitante *Às vestes sacerdotais nos três primeiros séculos da Igreja*.

Registra-se, enfim, a existência de alguns inéditos, além de manuscritos que se encontram em poder de particulares.

A obra *Caramuru* possui todos os atributos de um poema épico: assunto ligado ao descobrimento do Brasil e à colonização portuguesa, e o herói, Diogo Álvares Correa, constitui uma figura histórica e mítica ao mesmo tempo. Ao pesquisar a história do Brasil em busca de um episódio para descrever os primórdios da nação, o poeta foi bastante feliz na escolha da personagem, já que Diogo Álvares Correa, o Caramuru, tem os dois elementos essenciais para a configuração de um herói épico: a veracidade histórica e a mítica criada em torno de sua figura. Escrito no momento em que os portugueses começavam a perder a supremacia sobre a Colônia, *Caramuru* há de revelar o entusiasmo patriótico do autor, o que constituirá uma das vertentes da obra. Entre os três elementos fundamentais que estruturam o poema – colonização, natureza e índio – a religião católica é que haverá de servir de condutor ideológico. Durão, em seu poema, deixou transverberar todo amor que nutria pela terra natal, evidenciando a intuição de ver um Brasil independente de Portugal, além de manifestar seu devotado apego à religião. O trabalho jesuítico na catequese do gentio foi por ele enaltecido sim, mas sem deixar de lado os indígenas que, embora convertidos, mantiveram seus traços culturais característicos, os quais não permitiram que fossem totalmente assimilados pela cultura dos colonizadores, o que lhes aumenta a dignidade histórica. E ainda que vislumbrasse a autonomia política do Brasil-Colônia, o poeta manteve-se fiel ao rei de Portugal, a quem de fato devia a fidelidade de súdito.

Caramuru abre duas vertentes na cultura que se formava: uma voltada para o Novo Mundo, o mundo indígena, e a outra vinculada à terra, numa evidente demonstração de nativismo. Duas vertentes que, intimamente ligadas, tratam da terra e dos seus habitantes. Vê-se, na introdução da obra, que foi o amor à pátria que moveu o poeta a escrever. Ao comunicar que canta o antigo Portugal renascido no Brasil, Durão manifesta que o elo com a Metrópole não foi rompido, mas, ao contrário, permanece mais enriquecido pelo impulso de renovação expresso pelo nativismo e indianismo de inspiração brasileira.

Para Antônio Cândido, o *Caramuru* é uma obra significativa na definição do caráter nacional da literatura brasileira, pois “Ele representa uma posição intermediária importante, por ter atualizado a linha nativista da celebração

da terra, abrindo caminho para a sua florescência no século XIX”. E, embora teoricamente identificado com o modelo épico camoniano, traz em seu bojo, a tradição e a renovação, signo da brasilidade nascente.

Bibliografia:

- BRAGA, Teófilo. *Filinto Elísio e os Dissidentes da Arcádia*. Porto: Lello, 1901.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1973.
- _____. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- COSTA E SILVA, J. M. da. *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*. Lisboa: Imprensa Silvana, v. 6. 1853.
- DURÃO, Frei José de Santa Rita. *Caramuru poema épico do descobrimento da Bahia*. Manuscrito, 1781.
- DURÃO, Frei José de Santa Rita. *Caramuru poema épico do descobrimento da Bahia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1781.
- FIGUEREDO, F. de. *História da literatura clássica*. São Paulo: Anchieta, 1946.
- MORAIS, R. B. de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Publicações do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- TELES, G. M. *Camões e a poesia brasileira*. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1976.
- VARNHAGEN, A. de. *Épicos brasileiros*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.
- VIEGAS, A. *O poeta Santa Rita Durão. Revelações históricas de sua vida e do seu século*. Bruxelas: Gáudio, 1914.